

Texto de Referência para a Formação
Continuada de Secretários(as) de Educação
e Equipes Técnicas de Secretarias no Âmbito
do Programa Escola em Tempo Integral

ESCOLA em Tempo Integral



MÓDULO

4

Tópicos para a Elaboração de Políticas de Educação Integral em Tempo Integral em Nível Local ou Estadual

REALIZAÇÃO:



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Texto de Referência para a Formação
Continuada de Secretários(as) de Educação
e Equipes Técnicas de Secretarias no Âmbito
do Programa Escola em Tempo Integral

ESCOLA em
TempoIntegral

Brasília-DF

SEB/MEC

2024

Escola em Tempo Integral

Coleção: Texto de referência para a Formação Continuada de Secretários (as) de Educação e Equipes Técnicas de Secretarias no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral

MÓDULO 4: Tópicos para a Elaboração de Políticas de Educação Integral em Tempo Integral em Nível Local ou Estadual

MÓDULO 4: Tópicos para a Elaboração de Políticas de Educação Integral em Tempo Integral em Nível Local ou Estadual

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria de Educação Básica

Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt

Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica

Alexsandro do Nascimento Santos

Coordenação-Geral de Educação Integral e Tempo Integral

Raquel Franzim

Coordenação de Projetos

Aline Zero Soares

Chefe de Projetos I

Adilson de Souza

Consultoria em Gestão

Beatriz Martins Ferreira Ramos

Diretoria de Formação Docente e Valorização dos Profissionais da Educação

Lourival José Martins Filho

Coordenação-Geral de Formação de Gestores Técnicos da Educação Básica

José Roberto Ribeiro Junior

Universidade Parceira

Universidade Federal de Goiás (UFG)

Reitoria

Angelita Pereira de Lima

Unidade Acadêmica Responsável

Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE)

Diretoria do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação

Neisi Maria da Guia Silva

Curso

Formação Continuada em Educação Integral em Tempo Integral

Coordenação do Curso

Região Norte – Wilson da Costa Barroso (UFPA)

Região Nordeste – Roberto Sidney Alves Macedo (UFBA)

Região Centro Oeste – Iris Oliveira de Carvalho (UFG)

Região Sudeste – Bárbara Bruna Moreira Ramalho (UFMG)

Região Sul – Elcio José Corá (UFFS)

Coordenação Estadual – Instituições Parceiras na região Centro-Oeste

Milene Bartolomei Silva (UFMS)

Eglen Sílvia Pipi Rodrigues (UFR)

Ozerina Victor de Oliveira (UFMT)

Juan Alberto Castro Chacón (IF Goiano campus Morrinhos)

Autoria do Módulo 4

Iolene Mesquita Lobato

Organização e Revisão Pedagógica

Mercês Pietsch Cunha Mendonça

Rosana Beatriz Garrasini Sellanes

Iolene Mesquita Lobato

Célia Regina de Souza Jordan

Marta Kratz

Lilian Laurência Leite

Valdete Machado Parreira e Silva

Revisão Linguística

Katia de Oliveira Campos

Edição Gráfica

Felipe Stanque Machado Junior

Foto da capa

Arquivo MEC

Sumário

Ementa, **1**

CICLO FORMATIVO 1: Políticas Públicas e sua Formulação, **2**

Políticas públicas, **4**

Instrumentos de políticas públicas, **5**

Aspectos em comum e aspectos específicos
do processo de formulação de política, **8**

Desenho da política, **12**

Sistematização da formulação de política, **13**

CICLO FORMATIVO 2: Elaboração de Políticas de
Educação Integral em Tempo Integral, **15**

Elementos formuladores para a política, **17**

Intersetorialidade, **21**

Então, como fazer a Educação Integral no meu
município e/ou na rede estadual? **25**

Atividade, **29**

Referências, **30**

MÓDULO 4

Tópicos para a Elaboração de Políticas de Educação Integral em Tempo Integral em Nível Local ou Estadual

■ Ementa:

Política Pública: concepção, instrumentos de política, desenho de política, eixos estruturantes da política em Educação Integral em Tempo Integral; Formulação de Política de Educação Integral em Tempo Integral; Arranjos educativos locais; Intersetorialidade; Cidade educadora; Experiências exitosas.

Caros(as) cursistas

*Este módulo tem como objetivo orientar a elaboração de **Políticas Públicas de Educação Integral em Tempo Integral**. Para tanto, este módulo foi organizado em dois ciclos formativos, a saber:*

*Ciclo 1: **Políticas Públicas e sua formulação***

*Ciclo 2: **Elaboração de Políticas de Educação Integral em Tempo Integral***

Em cada ciclo o estudante vai conhecer um quadro complexo de um objeto de ação de Educação Integral em Tempo Integral que, reconhecido como um problema público e presente na agenda governamental, precisa ser posto em “um curso de ação”.

Ao longo de cada ciclo, você, cursista, encontrará ícones “Para saber mais” com textos, documentários, filmes, dentre outras mídias, na perspectiva de aprofundar seu conhecimento sobre o tema.

Excelente curso!

**CICLO
FORMATIVO 1**

Políticas Públicas e sua Formulação



**CICLO
FORMATIVO**

1

Políticas Públicas e sua Formulação

A formulação de uma política pública exige mobilização, articulação e diálogo com vários setores e atores sociais de um município ou Estado, bem como, o reconhecimento dos princípios compatíveis com os objetivos e as metas viáveis e, ainda, a clareza das prioridades estratégicas para ordenar a sua formulação.

Nesse sentido, a construção de uma política deve considerar o contexto regional ou local, e ser norteado pela seguinte indagação: Qual é a política em jornada de tempo integral, orientada pela perspectiva da Educação Integral que meu município ou estado consegue oferecer para crianças e adolescentes promotora de seus direitos e mitigadora de desigualdades que atravessam suas trajetórias de vida e escolares?

Lembre-se de que, sozinho, nenhum ator social consegue responder a essa questão. Por isso, sua formulação deve ser feita de forma dialógica a partir da base, na escola, junto à comunidade escolar, nos Conselhos de Educação, nos municípios, estados e na região. Com e para os agentes das redes locais, com escuta daqueles que estão no chão da escola e que atuam em seu ecossistema.

Por esse motivo, a política em Educação Integral em Tempo Integral não comporta alternativas únicas e modelos idênticos, dada a diversidade regional e as desigualdades sociais que constituem os territórios. À vista disso, reforça-se que sua construção se dá por meio da participação de atores sociais, da comunidade local, de representantes políticos e outros atores envolvidos.

Nesta perspectiva, entende-se por formulação de políticas como um processo de “criação de opções sobre o que fazer a respeito de um problema público. [...] faz-se a identificação, o refinamento e a formalização das opções políticas que poderão ajudar a resolver as questões e os problemas reconhecidos [...]” (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p. 123).

Assim, é necessário determinar quais opções são viáveis, quais esforços precisam ser feitos, que estratégias mobilizadoras precisam ser articuladas para a formulação a ser colocada em curso.

É sobre essa particularidade que este módulo aborda, com o objetivo de orientar as lideranças e equipes técnicas das secretarias de Ensino (Municipal, Estadual e Distrital) na elaboração ou aprimoramento de Políticas de jornada de tempo integral, na perspectiva da Educação Integral em nível local ou estadual.

Políticas públicas

A definição de política pública é holística e polissêmica. Mas, pode ser entendida como um campo do conhecimento “que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação [...] propor mudanças no rumo ou curso dessas ações [...]” (SOUZA, 2006, p. 26). E ainda, como um processo caracterizado como “resolução aplicada de problemas” (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013). Independentemente de sua definição, os elementos principais de uma política pública (Figura 1) são:

Figura 1 – Elementos principais de uma política pública



Fonte: Souza (2006, p. 37), adaptado.



Para refletir!

O problema público em questão é: Como formular ou qualificar políticas de Educação Integral como direito, que é de todos, em Tempo Integral em nível local ou estadual?

Como toda problemática social, a formulação de políticas exige fazer escolhas dos instrumentos políticos que serão utilizados para selecionar dentre as soluções as mais viáveis. Deste modo, sua formulação remete a “um curso de ação” que deve considerar a realidade sociocultural de cada município ou Estado.

Vale salientar que as soluções são construções sociais para além dos instrumentos políticos, pois envolvem diferentes pontos de vista e interesses em disputa. Por isso, muitas perguntas precisam ser feitas junto à comunidade escolar e aos atores envolvidos, sobre a ampliação do tempo escolar, os insumos físicos e pedagógicos, as relações entre os diferentes atores e setores sociais, os saberes do território entre outros.

Talvez você questione: Quais ações podem ser feitas e/ou planejadas pela Secretaria de Educação em Educação Integral em Tempo Integral? E como essas ações podem ser articuladas aos saberes locais e os territórios educativos que os constituem?



Para saber mais!

Conheça um pouco mais sobre políticas educacionais

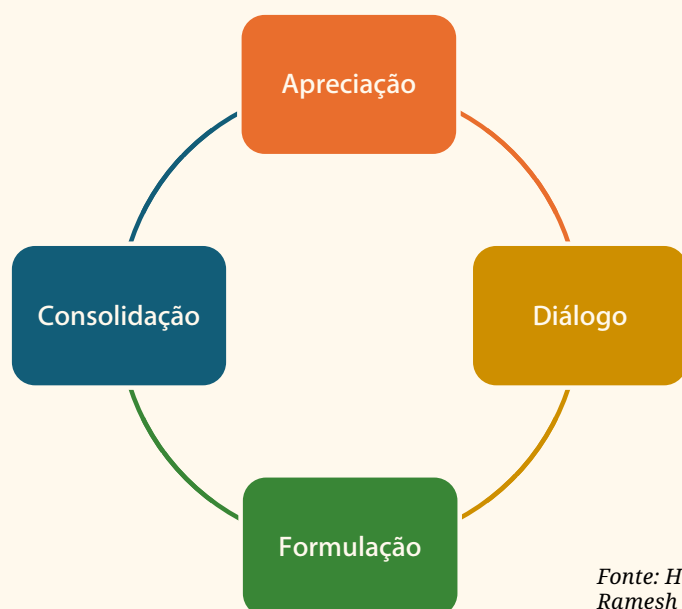
O que são políticas públicas	Discute políticas públicas de educação. Entrevista com Maria do Pilar Lacerda no Canal Futura
Importância das políticas educacionais	Aborda como a política garante os direitos à educação. Material produzido pelo UNIVESP
Avaliação das políticas públicas de educação	Aborda a importância e as formas de avaliação de políticas públicas de educação. Material produzido pela UNIVESP

Instrumentos de políticas públicas

Como já sinalizado, este módulo não se estrutura apenas em bases teóricas conceituais para a formulação de política, mas também agrega instrumentos, entendidos como ações que podem determinar possíveis soluções para o problema público identificado. É esse desenho da política, por meio de instrumentos, que traduz as intenções dos formuladores em um conjunto de ações reais e concretas (CAPELLA, 2018).

Deste modo, quais instrumentos ou ferramentas políticas podem ser mobilizados para ajudar a lidar com um problema público? Antes de conhecê-los é necessário reconhecer que as diferentes fases da formulação de uma política são divididas em quatro fases que ajudam a mostrar como certas opções são levadas adiante e outras não (Figura 2).

Figura 2 – Fases da formulação de política



Fonte: Howlett,
Ramesh e Perl (2013).

Identificar o problema público e aplicar as soluções encontradas “envolvem a articulação de objetivos políticos por meio de deliberações e discursos, além do uso de instrumentos políticos, numa tentativa de atingir esses objetivos” (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p. 6). Essa fase exige a compatibilização de duas dimensões: a técnica e a política. A primeira ajuda identificar a relação entre objetivos e instrumentos, enquanto a segunda remete às divergências e aos desacordos entre os atores sociais envolvidos no que tange a uma solução adequada.

Deste modo, visite a [Portaria n. 1.495/2023](#) (BRASIL, 2023) e veja as orientações e tópicos (Anexo III) para elaboração da política de Educação Integral em Tempo Integral.

Perceba que as orientações lá dispostas exigem: tempo despendido para dialogar com diferentes atores e estabelecer articulação junto

às Secretarias de Educação e suas redes. É fundamental que a rede revise suas próprias políticas para pensar sobre a importância do compromisso com a expansão do tempo integral e com o desenvolvimento pleno. Portanto, a política pública não é formulada de forma imediatista, mas com atenção à legislação vigente. É necessário um diálogo com a autoridade pública, como prefeito (a) ou governador (a), que deve estar comprometido em fazer acontecer, juntamente com as demais secretarias do governo.

Desse modo, sugere-se que você reafirme as possíveis soluções para formular uma política, dialogue e articule os possíveis caminhos e escolhas que podem ser feitas para que a rede de ensino a implemente. No entanto, essa formulação não pode ser feita de forma isolada, deve ser co-construída em colaboração com outros sujeitos da secretaria, da comunidade escolar e da sua região.

Munidos dessas informações, parte-se para a fase do diálogo, a que se refere à comunicação entre os atores políticos que discutem a questão e suas potenciais soluções. Isso pode ser realizado por meio de consultas formais, audiências públicas, reuniões abertas e outras estratégias.

A sociedade é um espaço para a geração e a experimentação de ideias, debate e difusão de propostas significativas. Portanto, é a partir desse diálogo que as ideias podem ser desenvolvidas e adotadas como políticas pelos tomadores de decisão (CAPELLA, 2018)

Então, mobilize a comunidade local, os *experts* no assunto, gestores e diretores das escolas, profissionais da educação, famílias, inclusive os estudantes e demais interessados em colaborar, pois esse é o momento de reelaborar as possíveis soluções rascunhadas e discutidas, com a participação ampliada para construir soluções potentes que possam de fato contribuir para a formulação da política em Educação Integral local ou estadual.

Esse diálogo sobre as opções políticas resulta em deliberações. Lembre-se de que as deliberações podem frustrar alguns, ser proeminentes para outros, exigir faseamento em sua implementação e, ainda, provocar discordâncias nos demais, o que é normal no processo de construção coletiva. Porque, nem sempre as escolhas e/ou soluções encontradas vão agradar a todos os atores sociais envolvidos. No entanto, é a partir dessas deliberações possíveis que se inicia a etapa da formulação.

A formulação é, portanto, o momento em que as pessoas envolvidas avaliam as várias opções políticas e identificam, dentre algumas dessas opções, qual delas será recomendada. Indicando o que em comum poderá ser realizado (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

A fase de formulação pode assumir a forma de projeto de lei, de um decreto, de uma portaria ou de um documento sistematizado. É esse documento que vai permitir a futura negociação de um plano específico de ação.

É importante que este documento esteja articulado com as necessidades reais da população, seja bem estruturado para potencializar as negociações futuras e anuncie as intenções ao longo do tempo.

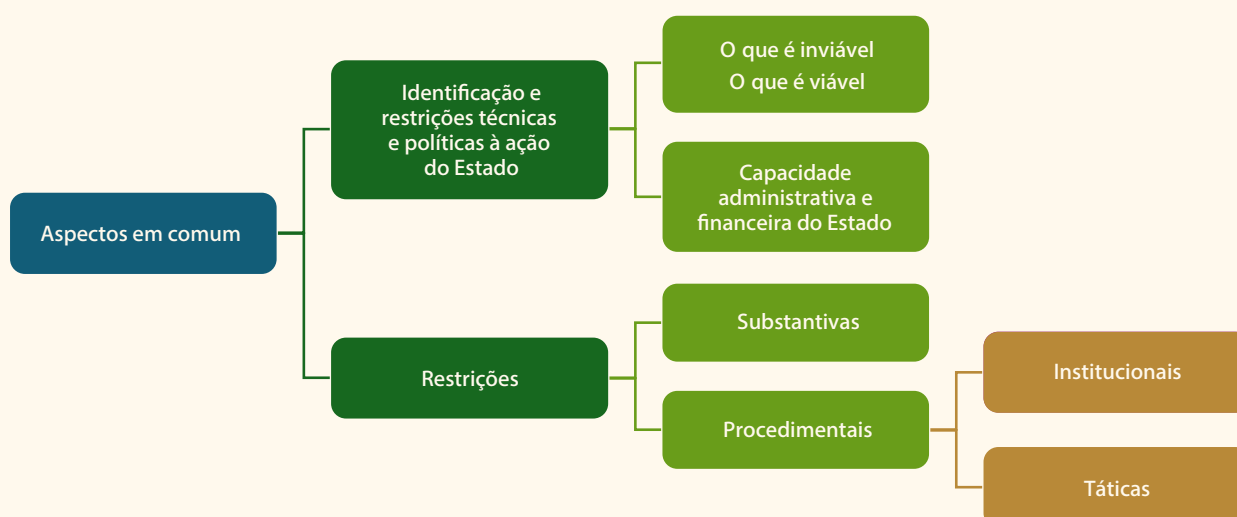
Assim, a formulação de uma política pública, como “um curso em ação”, é marcada por decisões e definições para que esse problema público seja resolvido e se transforme em política pública.

Após compreender as fases da formulação de uma política pública necessário faz-se indagar: qual o conteúdo geral contempla a formulação da política? Para ajudar a responder a esta questão, veja a seguir aspectos que, em sua maioria, são comuns, na formulação da política (Figura 3).

Aspectos em comum e aspectos específicos do processo de formulação de política

A formulação de uma política é marcada pela identificação de vários elementos, a saber, restrições técnicas e políticas à ação do Estado. Assim, reconhecer as limitações (o que é viável e o que é inviável) é fundamental para o curso da ação proposta. Soma-se à estas limitações, a capacidade administrativa, institucional e financeira do ente, pois não adianta formular uma política sem considerar a sua viabilidade e os recursos de diferentes naturezas que serão despendidos.

Figura 3 – Aspectos em comum do processo de formulação de política



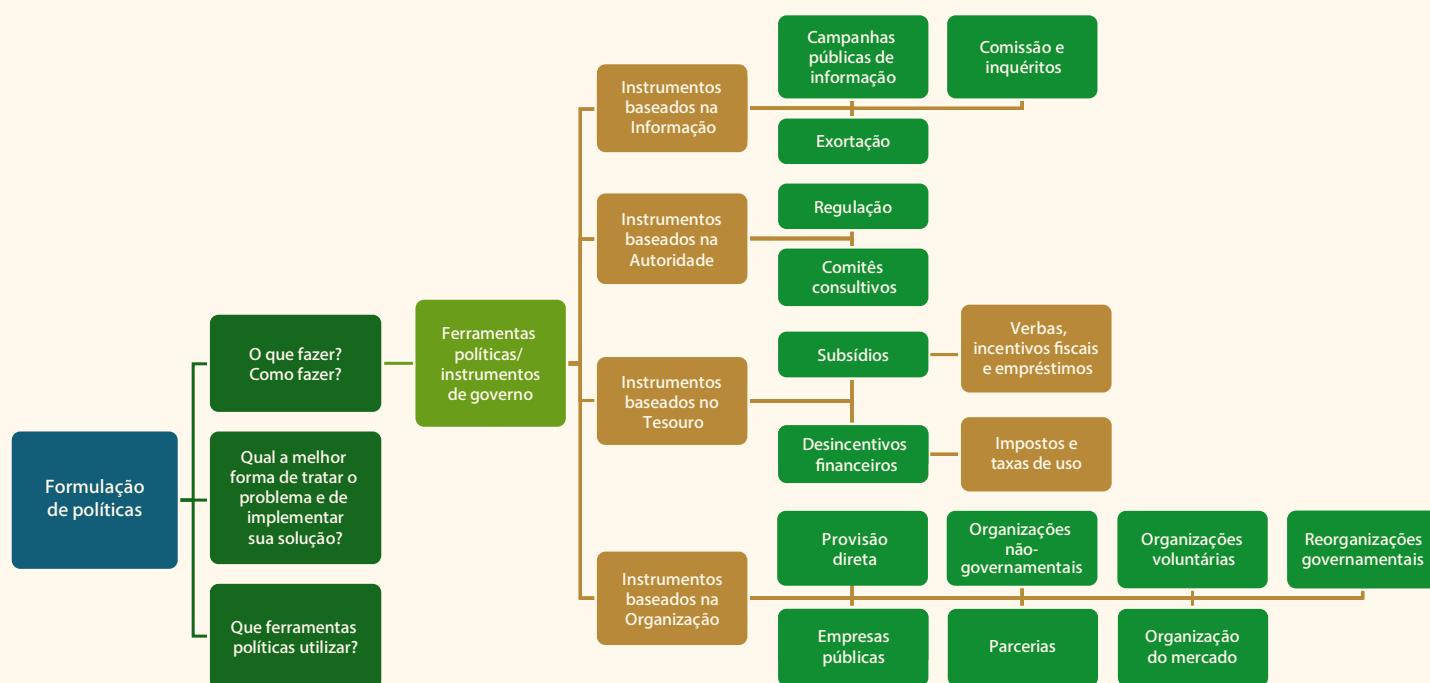
Fonte: Howlett, Ramesh e Perl (2013).

Outras situações a considerar são as restrições de caráter substantivo e procedimental inerentes ao processo. A primeira remete à natureza do problema, pois afeta comportamentos de sujeitos e/ou grupos sociais na produção e consumo de bens públicos; a segunda está relacionada

às formas de proceder ao adotar uma ou outra opção e pode ser institucional ou tática. A institucional inclui as restrições normativas legais previstas, por exemplo, na Constituição Federal brasileira; a tática remete às ações julgadas politicamente aceitáveis e administrativamente viáveis (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013; CAPELLA, 2018). As restrições substantivas e procedimentais precisam ser consideradas porque envolvem elementos indispensáveis para a execução do curso em ação.

Feitas essas observações as especificidades que seguem envolvem o processo de formulação de política pública (Figura 4) e cuja substância da formação da política é completa.

Figura 4 – Especificidades do processo de formulação de política



Fonte: Howlett, Ramesh e Perl (2013), adaptado.

Como propõe a figura a complexidade que constitui esse processo exige uma combinação de opções, de tipologias de instrumentos que balizam a implementação efetiva da política. Isso significa dizer que a formulação de política é marcada por particularidades que a impedem de padronizar e sistematizar um modelo único e segui-lo.

Por instrumentos políticos, entende-se que são os mecanismos reais aos quais a instância governamental recorre para implementar políticas. São esses instrumentos que vão responder sobre o que fazer e como fazer acerca das opções políticas selecionadas. Por isso, as propostas oriundas da formulação de política devem deixar claro se haverá, ou não, ação a ser executada, bem como especificar qual é a melhor forma de tratar o problema e de implementar uma solução (HOWLETT;

RAMESH; PERL, 2013). Ou seja, é preciso delinear o processo de formulação, apontando as possíveis formas de tratá-lo na etapa seguinte, que é a sua implementação.

Mas, quais instrumentos políticos potenciais podem ser utilizados na formulação da política? Esses instrumentos podem ser combinados? E as ferramentas que os constituem podem ser agrupadas? (Quadro 1).

Quadro 1 – Instrumentos de política baseados em informação, autoridade e no tesouro

Instrumentos			
Baseados em informação	Baseados na autoridade	Baseados no tesouro	
Campanha pública: É um instrumento de divulgação de informes de ações para esclarecer a sociedade sobre programas governamentais.	Regulação: É uma prescrição ou recomendação governamental, que deve ser cumprida ou executada pelos alvos pretendidos. Incluem-se regulamentações administrativas, regras, licenças, proibições, leis e outras.	Subsídios de verba: é um tipo feito em apoio a algum fim; uma forma de estímulo e/ou reconhecimento. Oriunda das receitas de impostos gerais do governo	Desincentivos financeiros-impostos e taxas de uso: como instrumentos políticos são fáceis de estabelecer; são flexíveis; proporcionam incentivos para reduzir atividades indesejadas; promovem inovação, ao motivarem a busca por alternativas menos onerosas.
Exortação (persuasão): É um instrumento em forma de mensagem que busca influenciar as preferências e ações dos sujeitos sociais	Comitês consultivos: São órgãos consultivos (formais, informais e temporários) que têm representantes legais e atores societários que juntos organizam um espaço para que os interesses comuns sejam debatidos, ouvidos e levados para serem tratados pelo governo.	Subsídios de incentivos fiscais: É uma forma de remissão de impostos, podendo ser, em adiamento, dedução, crédito, isenções e outros. É um instrumento de desenvolvimento local que direciona recursos para variadas frentes sociais. E pode encorajar determinados comportamentos	
Comissões e inquéritos: São ações empregadas por órgãos temporários para coletar informação sobre uma determinada questão social.		Subsídios de empréstimos: É concedido pelo governo a uma taxa abaixo dos juros do mercado	

Fonte: Howlett, Ramesh e Perl (2013, p. 132); Capella (2018), adaptado.

Os instrumentos baseados em informação são gatilhos potenciais utilizados pela instância governamental. Na mesma linha, estão os baseados na autoridade e no tesouro. Por último há aqueles que se apoiam “nos recursos financeiros e na capacidade do governo de levantar fundos e despendê-los” (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p. 137).

Essas informações acerca dos instrumentos utilizados na política são singulares para os que fazem política pois, como mencionado, não basta apontar a solução, é preciso desenhar como ela pode ser executada, quais os caminhos a percorrer e que estratégias utilizar para convocar a população a abraçar a causa. Deve ainda, estar a par dos recursos necessários, na viabilidade de execução orçamentária.

Por isso, é importante ter atenção. Os instrumentos políticos baseados no tesouro tanto estimulam como podem desestimular uma atividade desejada, como por exemplo, os editais de fomento direcionados à área cultural que disponibilizam recursos com previsão de um serviço cultural desejado pelo fazedor e/ou produtor cultural.

Todavia, esse recurso está submetido às normativas legais dispostas no edital, o que permite inferir que, para usá-lo, requer planejamento de todas as etapas de produto cultural, bem como o uso racional de uma planilha orçamentária. Nesta perspectiva, a verba recebida torna-se um benefício à classe cultural e à população que terá acesso aos bens culturais oferecidos.

Assim, a compreensão dos tipos de instrumentos políticos é fundamental na sistematização da formulação da política. Eles são mecanismos ou possibilidades de atuação governamental para implementar determinada política, pois não basta apontar a solução do problema é preciso mostrar como ela pode ser executada (Figura 5)

Figura 5 – Instrumentos baseados na organização burocrática

Fonte: Howlett, Ramesh e Perl (2013); Capella (2018), adaptado.

Provisão direta: Empregado amplamente pelo governo, mobilizando sua estrutura burocrática para executar ações diversas.

Empresas públicas: Ferramenta eficiente de desenvolvimento econômico porque envolvem um elevado grau de participação pública no capital. Por meio delas, os governos ofertam bens e serviços que são vendidos e seus lucros são revestidos gerando fundos que auxiliam em outras áreas.

Criação de Mercados por meio do estabelecimento de direitos de propriedade baseados, por exemplo, em mecanismos de licenciamento, privatizações e outros.

Parcerias: Como forma de contratação externa da produção de bens e serviços, como as ONGs, as quais se delega tarefas governamentais menores relativas ao governo para que recebam fundos.

Organizações voluntárias: Tarefa realizada em base voluntária que proveem inúmeros bens e serviços à comunidade que, se caracteriza pelo pouco ou nenhum envolvimento por parte do governo.

(Re)organizações governamentais: Instrumento que reorganiza as estruturas governamental existentes ou criando repartições novas.

O processo de escolha dos instrumentos vai além de um exercício técnico e considera elementos que eliminem as resistências sociais à mudança com base no contexto social local ou estadual.

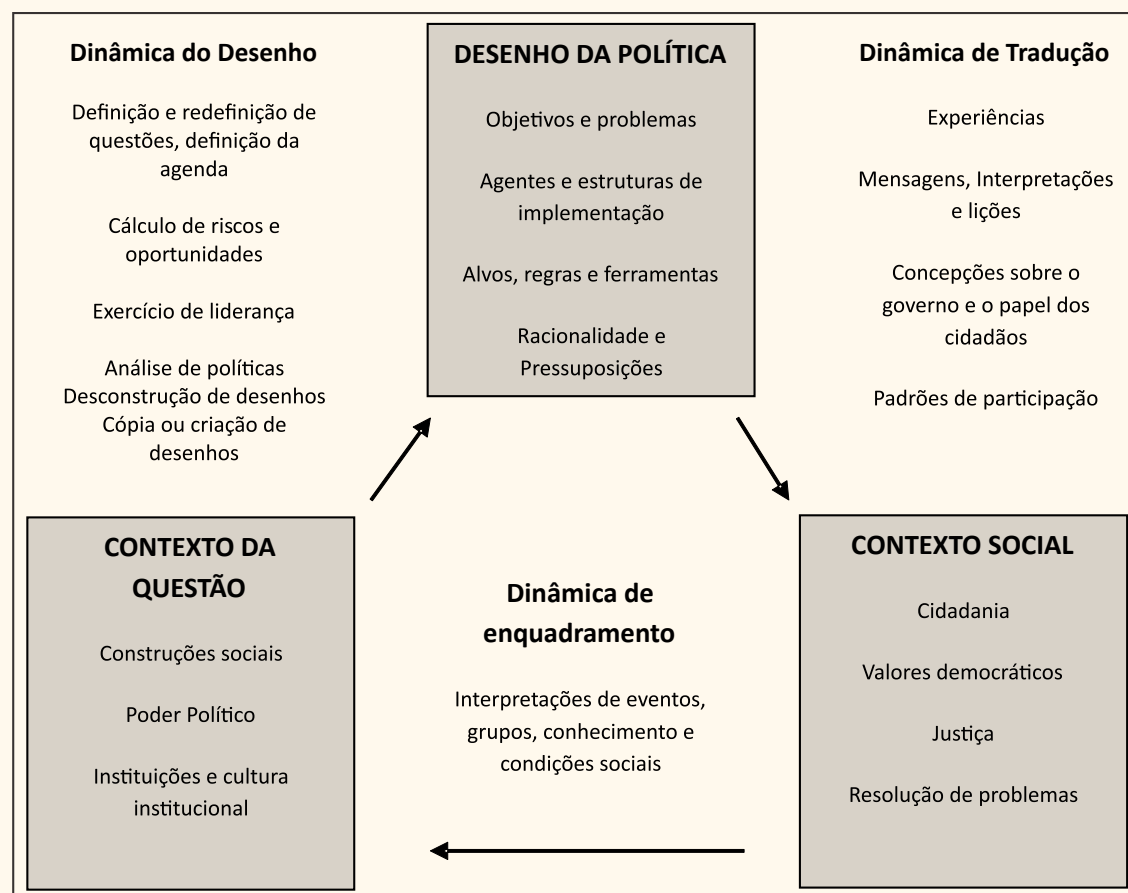
Desse modo, apesar da existência de vários instrumentos políticos, a formulação diz respeito à escolha daqueles que melhor podem ser usados para resolver um determinado problema político. Feita a escolha ou definidas as alternativas possíveis, analisa-se a viabilidade (técnica e política) formulada, e decide-se por um curso de ação.

Finalizado o estágio da formulação da política parte-se para o estágio da implementação, que é o momento em que cabe ao governo colocar a decisão em prática. Portanto, a formulação de políticas é uma “matéria complexa que apresenta uma ampla gama de possíveis escolhas e combinações de instrumentos políticos na forma de opções ou alternativas políticas potenciais” (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p. 152).

Desenho da política

O desenho da política, considerada como uma atividade operacional, é o resultado de todo esse processo. No entanto, ainda pode aprimorar ou inovar a partir das práticas já existentes (Figura 6).

Figura 6 – Desenho da política



Fonte: Schneider e Ingram, 1997, p. 74 apud Capella (2018, p. 96).

Por isso, além das técnicas instrumentais, outros elementos precisam ser considerados na formulação de políticas, a saber: os agentes (instituições que integram a estrutura governamental), as estruturas de implementação, os objetivos (a serem alterados), as regras (procedimentos que definem padrões e critérios), pressupostos (sustentam premissas técnicas, comportamentais e normativas), os atores envolvidos (servidores públicos, especialistas, grupos de interesse, pesquisadores acadêmicos, representantes de governos locais, etc.) e outros (CAPELLA, 2018).

Sistematização da formulação de política

A sistematização da formulação de política pública começa com a identificação clara do problema que precisa ser abordado. Em seguida, um curso de ação é delineado para resolver o problema, levando em consideração as limitações e as oportunidades do contexto. Os critérios técnicos são essenciais neste processo, pois garantem que as soluções propostas sejam viáveis, eficazes e baseadas em evidências. Esses critérios também ajudam a avaliar o impacto potencial das políticas e a fazer ajustes conforme necessário (Figura 7).

Figura 7 – Sistematização da formulação de política



Fonte: Howlett, Ramesh e Perl (2013); Capella (2018), adaptado.

Feitas essas considerações, necessário se faz seguir os elementos que devem ser levados em conta na formulação de política de Educação Integral em Tempo Integral, com o intuito de mostrar que ela permite a sustentação de ações educativas que podem garantir os direitos de aprendizagens e desenvolvimento integral de bebês, crianças, adolescentes e jovens. A Educação Integral em Tempo Integral é construída a partir da escola, e se estende a todo território, pois como um projeto educativo ela “exige articular um sistema amplo de participação que permita a vinculação dos diferentes agentes educativos que atuam na comunidade ou no território em um projeto educativo de cidade” (GÓMEZ-GRANELL; VILA, 2019, p. 18). Ou seja, ela exige uma articulação com todas as instâncias e atores sociais para além do espaço escolar.

**CICLO
FORMATIVO 2**

**Elaboração de Políticas
de Educação Integral
em Tempo Integral**

CICLO FORMATIVO 2

Elaboração de Políticas de Educação Integral em Tempo Integral

No Ciclo 1 apresentamos uma abordagem para a formulação da política. Agora, vamos pensar as especificidades da política em Educação Integral em Tempo Integral, no intuito de entender como ela pode ser formulada. O primeiro passo é conhecer as escolas de sua rede para, depois, pensar no plano político-pedagógico da Educação Integral em Tempo Integral que deseja oferecer na sua região.

Figura 8 – Pensando a escola no meu município



Fonte: Blogdoafre.com

As charges (figura 8) nos convidam a pensar no sentido que a educação integral tem para os estudantes. Assim, é preciso considerar que a proposta formativa possibilite e dialogue com a realidade concreta de crianças e adolescentes, com a sua vida e a sua comunidade.

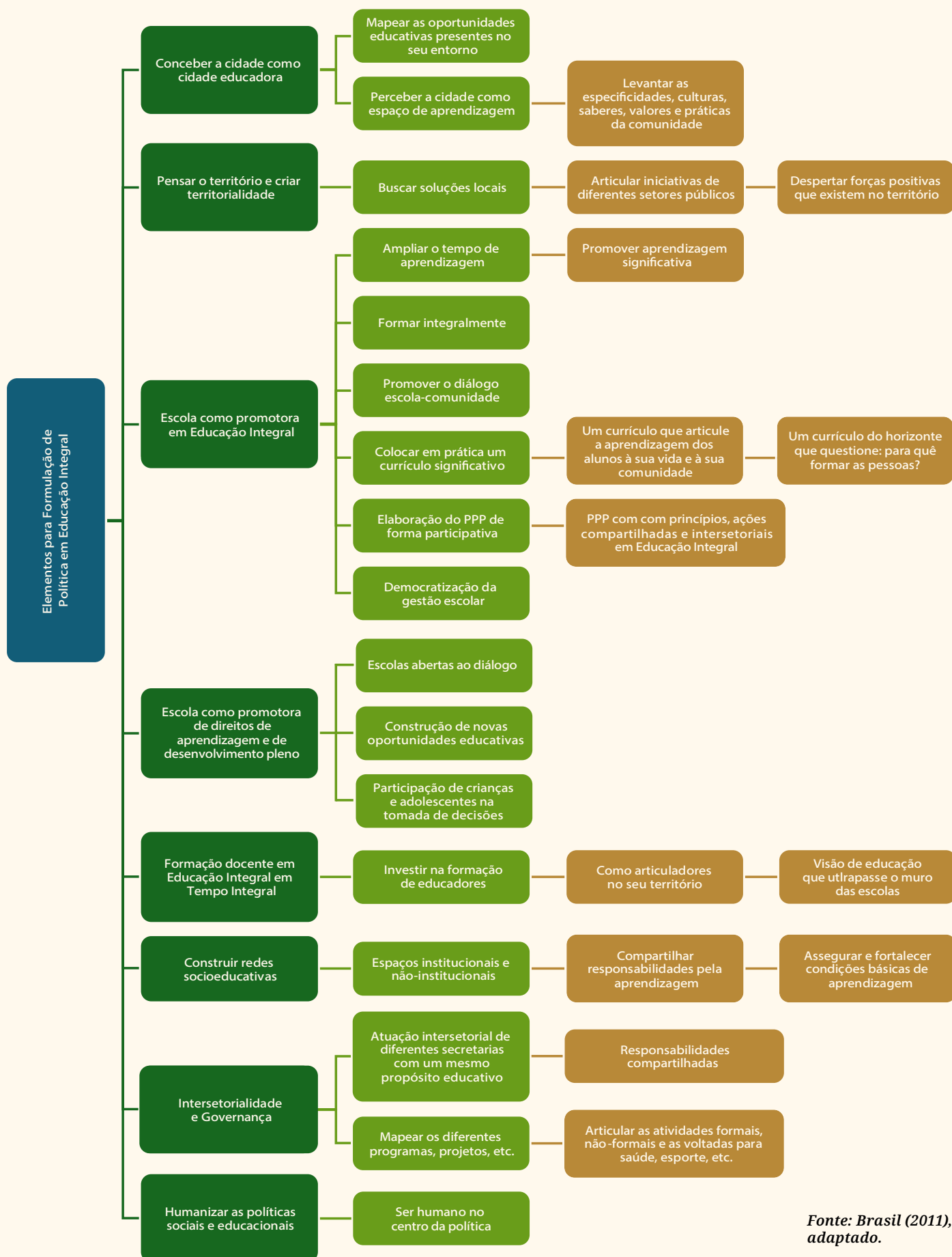
Elementos formuladores para a política

Nesta seção alguns elementos são importantes para ajudar a pensar em como a política poderá ser formulada na rede de ensino na qual atua. Para tanto, amplia-se o enfoque sobre os elementos basilares da Educação Integral em Tempo Integral.

A figura 9 apresenta, de forma sistematizada, um esquema que conduz à reflexão sobre os elementos básicos para pensar a formulação de política em Educação Integral.

Como já mencionado, a proposta deste módulo não foi definir um modelo de política a ser seguido, mas apresentar elementos para que a formulação dessa política de jornada de tempo integral, orientada pela perspectiva da Educação Integral, atenda a realidade educacional da rede e resulte em benefícios que poderão resultar na aprendizagem, nas diversas dimensões do desenvolvimento, na proteção e inclusão social.

Figura 9 – Elementos formuladores para a política em Educação Integral em Tempo Integral



Fonte: Brasil (2011), adaptado.



Para refletir!

Dialogue com os atores envolvidos nesse processo de formulação fazendo as seguintes indagações: Que tipo de proposta educativa queremos no nosso município e estado? Qual é o propósito da expansão da jornada para tempo integral? E ainda: Qual é o papel da Secretaria de Educação na materialização dessa perspectiva? Quais são os passos ou ações para que alcancemos uma perspectiva integral? O que compete à Secretaria e o que compete às escolas?

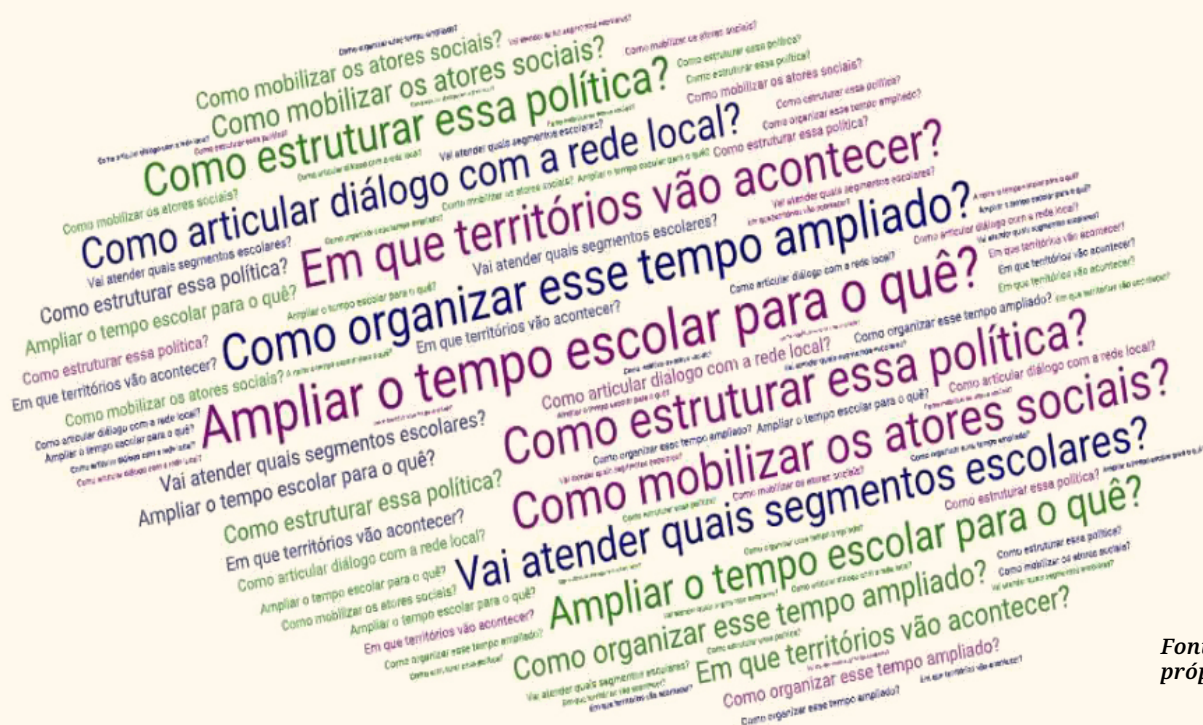
Figura 10 – Que escola de tempo integral queremos?



Fonte: Blogdoafir.com

Refletir sobre o sentido que a expansão da jornada escolar pode ter para os diversos envolvidos é uma etapa necessária ao longo de todo o seu 'curso de ação'.

Figura 11 – Possibilidades para acontecer a política



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Para auxiliar no processo de encaminhamento sugere-se que os formuladores de política, conheçam experiências pregressas e atuais. O objetivo não é copiá-las, mas tê-las como inspiração, para entender como os gestores lidam com os desafios e dificuldades, quais alternativas e arranjos foram construídos, quais rotas corrigiram no ‘curso da ação’ e que resultados vêm colhendo. Espera-se que essas experiências sirvam de fonte para o cultivo da criatividade, autonomia, e protagonismo em sua rede e auxiliem na formulação da política local, considerando as suas particularidades.



Para saber mais!

**Experiências para se inspirar em
Educação Integral em Tempo Integral**

Centro-Oeste	Atende 36 crianças dos 7 meses aos 6 anos de idade, com as práticas educativas que consideram elementos como a natureza, o movimento e a diversidade.
CEPI em Goiânia	Escola de Goiânia que tem bons resultados após a implantação do ensino integral
Escola Estadual Fernando Corrêa	Instituição que oferece atividades extraclasses, que visam a formação integral dos discentes e envolvem desde pesquisas em laboratórios e saídas de campo a participações em eventos como seminários, feiras, etc.
Escola Pluricultural Odé Kayodê	Uma escola que nasceu do encontro de muitas pessoas que já vinham transformando vidas e realidades por meio do Espaço Cultural Vila Esperança.
Programa Escolas 2030	Programa global de pesquisa-ação que busca criar novos parâmetros para a avaliação da aprendizagem com base na prática da educação integral e transformadora, com vistas a garantir o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4).

Além de visitar algumas experiências em Educação Integral em Tempo Integral como fonte inspiradora, sugere-se que os formuladores de política aprofundem a leitura sobre políticas educacionais.



Para saber mais!

Experiências para se inspirar em Educação Integral em Tempo Integral

Política pública e educação integral no Brasil: do nacional-desenvolvimentismo ao neodesenvolvimentismo

Pesquisa que apresenta a política de educação integral no Brasil como um instrumento que cumpre papéis distintos em cada período histórico.

Fundamentos para uma educação na diversidade

Reflexões sobre uma educação para a diversidade

Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise Ex Ante

Orienta como avaliar as políticas públicas setoriais

Intersetorialidade

A intersetorialidade das políticas públicas precisa ser pensada na formulação de políticas que buscam promover o pleno desenvolvimento. Tanto na formulação, como na fase de sua implementação a perspectiva intersetorial promove a articulação “[...] entre as instituições governamentais e entre essas e a sociedade civil”. (NASCIMENTO, 2010, p. 96). Trata-se de um mecanismo que articula a inter-relação da educação com as demais políticas setoriais - saúde, assistência social, cultura, direitos humanos, esporte e lazer, ciência e tecnologia, meio ambiente e clima - e com os saberes e práticas já existentes no território.



Para refletir!

Quais políticas setoriais são necessárias na formulação da política de Educação Integral em Tempo Integral na rede em que atua?

A intersectorialidade em políticas públicas é um desafio, mas, no âmbito da Educação Integral, é condição necessária para seu êxito. Por meio dela se otimizam recursos e se compartilham decisões e conhecimento entre diferentes agentes em um determinado território. A colaboração entre atores sociais e institucionais, sejam pessoas, instituições e/ou políticas, é fundamental para o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens. Afinal, o que há em comum seja na saúde, seja na cultura, seja na assistência ou esporte ou qualquer outro setor, são as pessoas, e nesse caso, são os estudantes.

A integralidade da proteção, preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pressupõe a garantia de um conjunto de direitos: vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária. Portanto, é imperativo que as diversas políticas sociais dialoguem e estejam associadas em torno de objetivos comuns na perspectiva da ampla garantia de direitos. A jornada de tempo integral é uma estratégia potente para a ativação da intersectorialidade e da proteção integral de crianças e adolescentes.

O acesso à informação sobre os serviços públicos disponíveis em seu território, a ocupação dos espaços públicos e seus equipamentos, a possibilidade de ser ouvido em decisões que lhes afetam são exemplos de direitos – que são responsabilidade tanto da escola como de outros agentes e setores – os quais devem se tornar conhecidos e exercidos!



Para refletir!

Já há exemplos em seu município ou estado de integrações da política educacional com alguma outra ação ou projeto de outra secretaria ou organização não governamental?

Tal como em outras políticas sociais, no direito à educação, é necessário superar a dispersão de ações propostas e somar responsabilidades bem delineadas no planejamento, contando com a liderança e gestão articulada da autoridade do governo, seja o (a) prefeito (a), seja o (a) governador (a).

GESTÃO DA EDUCAÇÃO



Fonte: Edson Pelicer

Dentre outras instâncias fundamentais na promoção da Política de Educação Integral em Tempo Integral está o diálogo governamental com organizações não governamentais e com as famílias dos estudantes, engajando a sociedade como um todo. A participação social em todos os processos, desde a elaboração até a avaliação é também importante para garantir a perenidade da política de Educação Integral.

É necessário que o processo de elaboração da política leve a uma leitura atenta da realidade, mapeando a diversidade de agentes educativos, atuando diretamente no campo educacional formal, como os Conselhos de Educação e não-formal, como também nas distintas iniciativas governamentais ou da sociedade civil que possam colaborar em sua sustentabilidade. Estas ações revertem a forma de apropriação fragmentada e segregadora fortalecendo a cultura democrática na rede de ensino. Assim, o sentimento de pertencimento ao lugar é seguido por um enorme potencial interventor sobre a realidade.

Até aqui o módulo apontou pistas, reflexões e direcionamentos para a formulação da política em Educação Integral em Tempo Integral. Agora urge indagar sobre como estruturar essa política e como desenhar sua estruturação na rede de ensino.

Esse questionamento é pertinente por auxiliar os formuladores da política a conceberem a proposta a partir das particularidades regionais. Além disso, conduz à compreensão das diversas realidades como, por exemplo, a de conhecer a real situação da rede, a partir do diagnóstico e da avaliação realizados pela Secretaria de Educação. Além disso, ele ajuda a pensar em como será feita a distribuição das matrículas e determinar, quais escolas farão parte da política. Essa distribuição não deve se limitar aos números de matrículas, mas deve ser articulada à finalidade de promover a qualidade e a equidade e priorizar a distribuição de matrículas aos estudantes em condição de maior vulnerabilidade social e que sua permanência na escola esteja amparada em oferta de instrução com qualidade. Deste modo, sugere-se que o investimento na expansão da jornada seja gradual, inclusive considerando projetos piloto, junto a uma escola ou a grupo de escolas. O apoio da Secretaria na implantação é tão importantes quanto a formulação e o acompanhamento, o diagnóstico durante a execução e a gestão, a correção de rotas para a adequação do planejamento para estender a outras escolas.

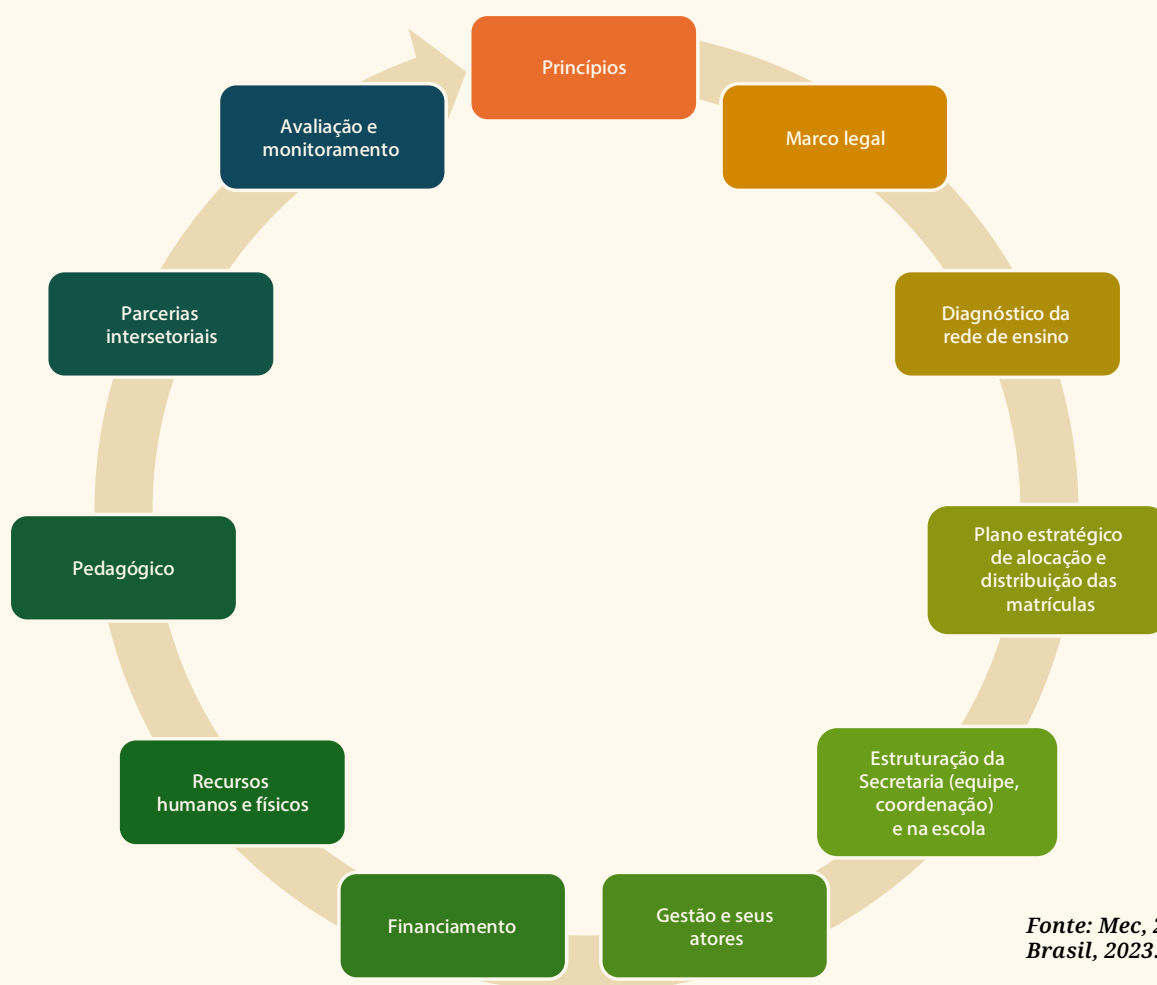


Para saber mais!

O MEC elaborou um Guia para alocação e distribuição de matrícula de tempo integral com eficiência e qualidade. Conheça-o em guia-alocacao-distribuicao-matriculas-eficiencia-equidade.pdf (www.gov.br)

Para ajudar a pensar na estrutura da política do seu município ou estado, atente-se para a sugestão de eixos de estruturação desta política na sua região, conforme orienta o Anexo III da Portaria n. 1.495/2023 (BRASIL, 2023) (Figura 12).

Figura 12 – Eixos para estruturação da Política em Educação Integral em Tempo Integral



Fonte: Mec, 2023;
Brasil, 2023.

A figura 12 ressalta vários arranjos que estruturam a política de Educação Integral em Tempo Integral. São eixos que contemplam e atravessam várias frentes a saber: o financiamento como recurso para organizar a rede e para materializar ações educativas; a infraestrutura escolar que permite condições pedagógicas de ensino e aprendizagem; a interseção com o território e as demais secretarias do governo, bem como os arranjos no território educativo.

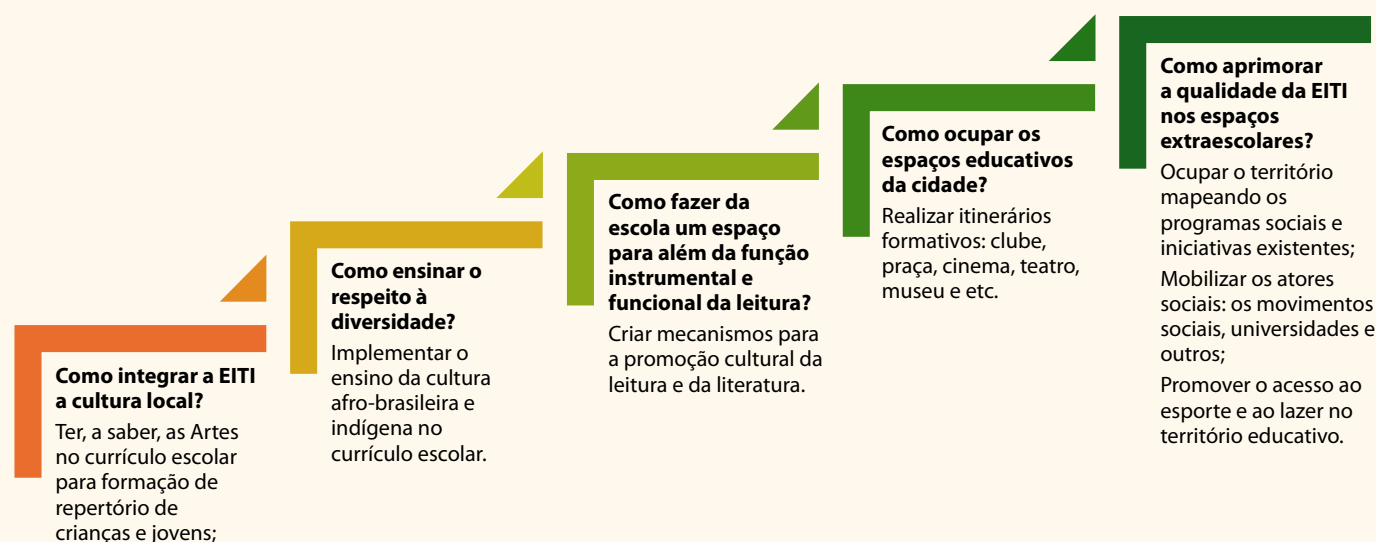
Aliados a tudo isso, devem estar a presença e o engajamento da sociedade, da família e de todos os atores envolvidos; um currículo integral, integrado e integrador que não se limite a ampliar o tempo escolar. Deve ser um tempo de aprendizagem pautado em uma formação integral e humanista. Por isso, a elaboração de uma política de Educação

Integral em Tempo Integral deve se configurar como uma política forte e participativa, que colabore com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral para crianças e adolescentes. E ainda, que organize tempo e espaço, que seja capaz de criar territórios educativos. Uma política centrada e orientada por uma perspectiva vertical de equidade que reconheça e valorize a diversidade local e garanta o direito à educação integral e integrada.

Então, como fazer a educação integral no meu município e/ou na rede estadual?

Veja a seguir algumas questões que podem potencializar a política de Educação Integral em Tempo Integral, romper os muros da escola e oportunizar a construção de saberes no e com o território (Figura 13).

Figura 13 – Proposições investigativas e sugestões para pensar



Fonte: Elaboração própria, 2024.

As proposições mencionadas (figura 13) podem ser estímulos propulsores para a superação da fragmentação do currículo escolar com as práticas sociais e de uma educação contextualizada.

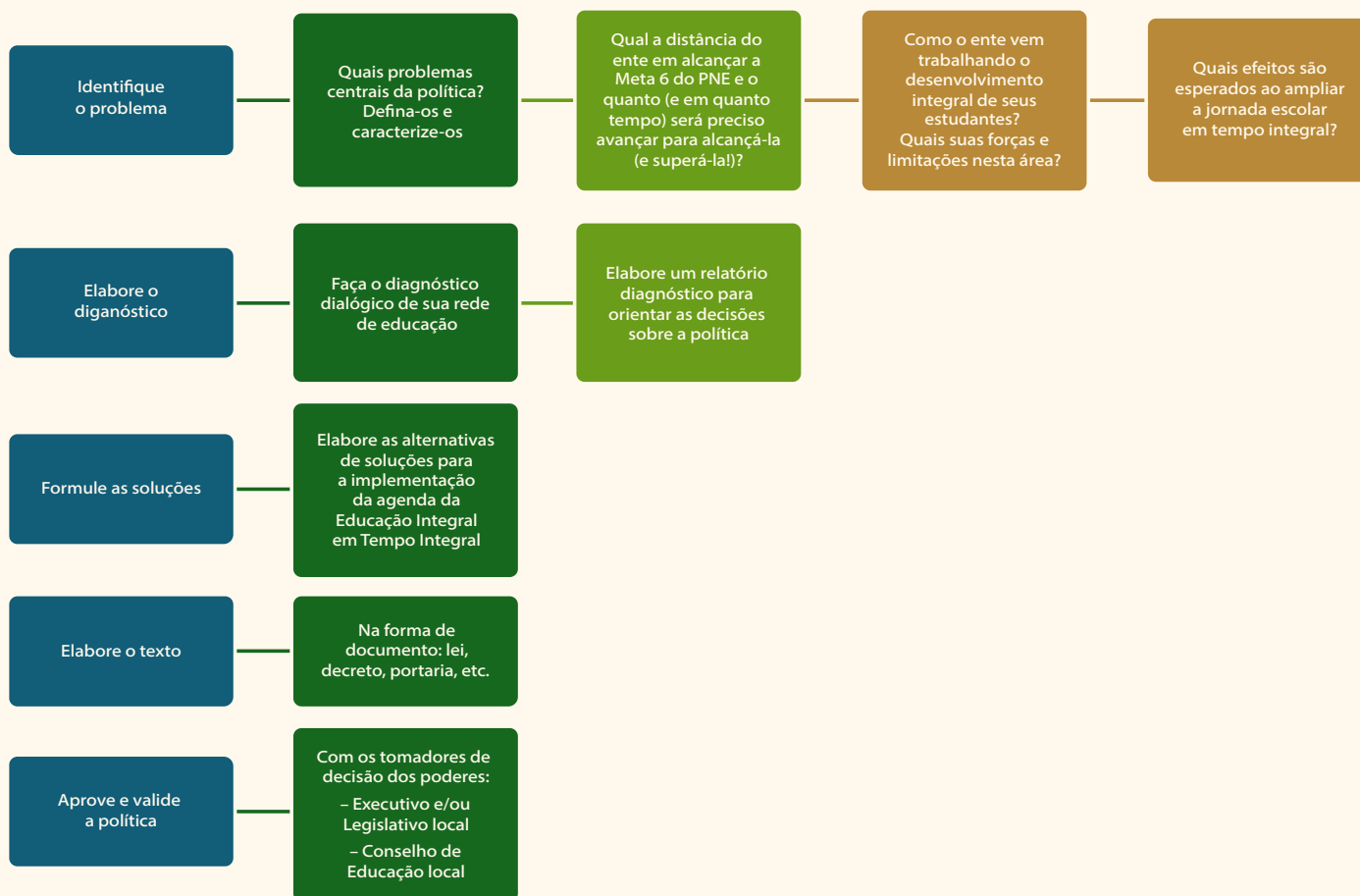


Para refletir!

Observe como a Secretaria da Educação (municipal ou estadual) percebe os princípios e diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral estabelecidos na [Portaria 2.036/2023](#) e como eles influenciam e operam na rede de ensino, não apenas na jornada de tempo integral como no turno parcial.

Para orientar a elaboração da política as secretarias precisam considerar alguns pontos, veja na Figura 14:

Figura 14 – Pontos importantes na elaboração da política



Fonte: Brasil, 2018.

Para ajudar na construção do relatório do diagnóstico¹ alguns aspectos precisam ser considerados.

- Impactos financeiros e de pessoal da rede para a implementação da educação em tempo integral relativas a aspectos como: infraestrutura, alimentação, transporte, recursos pedagógicos, disponibilidade de docentes e formação continuada – para cada etapa da educação.
- Legislações e atos normativos – federais, estaduais e/ou municipais – já regulamentam temas relativos à educação integral em tempo integral.

¹ Consulte o Manual de Avaliação de Políticas Públicas – Guia Prático de Análise Ex Ante. Disponível no Saiba Mais.

- Articulação de políticas públicas educacionais com outras áreas e políticas sociais como saúde, esporte, cultura, meio ambiente, direitos humanos, ciência e tecnologia e a assistência social.
- Levantamento das escolas ou territórios que atendem estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica (requisito da Lei n. 14.640/2023).
- Necessidades de diálogo com a comunidade para a construção da confiabilidade e da credibilidade da Política.

Como auxílio na construção e na elaboração de soluções para a implementação da agenda algumas ações necessárias devem ser analisadas:

- Elencar as soluções que poderão ser implementadas no curto, médio e longo prazo (para além da Política e/ou incluídas nela, um Plano de Faseamento deve ser definido para se estabelecer a expansão de matrículas em tempo integral - por etapa e ano - e a melhoria progressiva das condições dos tempos e espaços nas escolas de sua rede).
- Verificar as estratégias pedagógicas e de organização da rede (horários, alimentação, transporte, recursos pedagógicos, profissionais, formação contínua etc.) que deverão ser estabelecidas para a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes e da garantia de seus direitos de aprendizagem.
- Buscar possíveis fontes de financiamento para a implementação da agenda.
- Organizar os quadros de profissionais e vislumbrar as melhorias relativas à expansão da jornada e valorização docente que serão necessárias.
- Promover a articulação com outras secretarias e organizações.
- Considerar as características do território, suas organizações, equipamentos públicos e comunidade local.
- Esboçar o desenho de uma matriz curricular para o contexto local.
- Desenvolver as estratégias e os indicadores de monitoramento e avaliação.

Para ajudar na elaboração do texto considere:

- I. Diretrizes da educação integral em tempo integral.
- II. Definição de estrutura e equipe técnica da secretaria responsável pela Política.
- III. Organização dos tempos/jornada escolar.

- IV. Definição dos espaços e de suas melhorias.
- V. Definição dos profissionais da educação e sua jornada.
- VI. Definição das fontes de financiamento da Política.
- VII. Diretrizes para a matriz curricular.
- VIII. Diretrizes para a intersectorialidade e a articulação com o território.
- IX. Estratégia de monitoramento e avaliação.

Este módulo apresentou pistas importantes para as lideranças e equipes técnicas de secretarias de Ensino (Municipal, Estadual e Distrital) a elaborarem Políticas de Educação Integral em Tempo Integral.

Na construção destas pistas, teve-se o cuidado de problematizar que formular política remete a um processo relacionado a um problema público, que envolve escolhas, que é permeado por conflitos políticos, e que exige mudanças institucionais, estruturais e sociais. É necessário, ainda considerar nesse processo a relação entre técnica e política, e o envolvimento de diferentes atores sociais com suas particularidades, ideias, valores e interesses.

Trata-se de um exercício complexo que precisa considerar a realidade sociocultural local e o plano de governo vigente e, por outro lado, a elaboração de uma política como essa é também uma oportunidade de pactuação social. Como pacto, deve ser longo e atravessar governos. Por essa razão, políticas educacionais para se manterem, devem ser políticas de Estado e não de um ou outro governo. Devem ainda considerar, a reparação histórica a muitos grupos sociais que foram impedidos de ter acesso à educação. Portanto, refletir uma política que afaste a lógica tecnicista e reducionista ao ampliar o tempo escolar.

Importante, ainda afastar a perspectiva de pensar uma política como a panaceia que transformará toda a educação e resolverá todas as mazelas sociais. Ainda assim, políticas bem formuladas, regularmente refletidas e aprimoradas podem e muito fazer a diferença. Só assim, podemos esperar!

“É preciso ter esperança, mas ter
esperança do verbo esperar;

porque tem gente que tem
esperança do verbo esperar.

E esperança do verbo esperar
não é esperança, é espera.

Esperançar é se levantar, esperançar
é ir atrás, esperançar é construir,
esperançar é não desistir!

Esperançar é levar adiante,
esperançar é juntar-se com outros
para fazer de outro modo...”

Paulo Freire , 1992

Atividade

As pistas e as problematizações elencadas no módulo 4 são norteadoras para a construção do seguinte plano de ação:

1. Como tem sido o processo de elaboração da política de Educação Integral em Tempo Integral em sua rede?
O que este módulo contribui para aprimorá-la?

OU

2. Revise a política de Educação Integral em Tempo Integral já existente na sua rede à luz do Texto de Referência deste Módulo.



Referências

BRASIL. **Caminhos para elaborar uma proposta de educação integral em jornada ampliada.** Brasília. SEB/MEC, 2011.

BRASIL. **Avaliação de Políticas Públicas:** Guia Prático de Análise Ex Ante. Brasil: Casa Civil, 2018.

BRASIL. **Portaria nº 1.495**, de 2 de agosto de 2023. Dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral. Brasil: MEC, 2023.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de Políticas.** Brasília: Enap, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GÓMEZ-GRANELL, Carmen; VILA, Ignacio. A cidade como projeto educativo. *In:* Educação Integral: a relação da escola com a cultura e a sociedade. **Revista Pátio**, n.5, 2009, p. 16-19.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Formulação de políticas:** instrumentos e design. *In:* Política pública – Seus ciclos e subsistemas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013, p. 123-156.

MEC. Videoconferência: Orientações para a Elaboração da Política de Educação Integral em Tempo Integral. Canal Conviva Educação. 2023. Disponível em: [Videoconferência: Orientações para a Elaboração da Política de Educação Integral em Tempo Integral – YouTube](#). Acesso em 05 jan. 2023.

NASCIMENTO, Sueli. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n.16, 2006, p. 20-45.

Texto de Referência para a Formação
Continuada de Secretários(as) de Educação
e Equipes Técnicas de Secretarias no Âmbito
do Programa Escola em Tempo Integral

ESCOLA em
TempoIntegral